COMUNICAÇÃO SOCIAL E FORÇAS ARMADAS NUMA PERSPECTIVA DE DEFESA NACIONAL

Alberto Ribeiro Soares

COMUNICAÇÃO SOCIAL E FORÇAS ARMADAS NUMA PERSPECTIVA DE DEFESA NACIONAL (1)

ÍNDICE

1. *ENQUADRAMENTO DO TEMA*
2. *A QUESTÃO DO SEGREDO*
3. *AS RELAÇÕES FORÇAS ARMADAS/OPINIÃO PÚBLICA EM TEMPO DE PAZ*
4. *O CASO PORTUGUÊS*
5. *INICIATIVAS PARA UMA MELHOR COOPERAÇÃO*
6. *SÍNTESE-PROPOSTA*

1. *ENQUADRAMENTO DO TEMA*

As FORÇAS ARMADAS são um produto da SOCIEDADE.

Então porque é que, em muitas ocasiões, a Sociedade se não harmoniza com uma Instituição que ela própria gerou?

Esta questão é geral e não acontece apenas em Portugal o levantar do problema do «divórcio» entre a Nação e as suas FA e, consequentemente, a necessidade de solucionar essa situação por imperativo da DEFESA NACIONAL.

Quaisquer medidas tomadas nesse sentido correm o risco de se tornarem infrutíferas se um esforço paralelo não for feito no sentido de sensibilizar a OPINIÃO PÚBLICA nacional relativamente ao papel das FA.

Em Portugal é notório que as relações entre as FA e a OP estão marcadas pela falta de conhecimento mútuo, consequência de deficiente informação e, também, do desconhecimento quase total das realidades nacionais.

(1) Este artigo tem por base a comunicação apresentada pelo autor no Colóquio da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, em Maio de 1985.

A COMUNICAÇÃO SOCIAL, pela multiplicidade das suas técnicas de expressão e pela sua grande penetração no espectro alargado dos receptores, constitui, sem dúvida, o vector privilegiado para estabelecer essa indispensável ligação.

Torna-se, portanto, imperiosa uma mais profícua cooperação entre CS e FA visando uma melhor sensibilização da OP relativamente às FA.

O estudo das relações entre FA, CS e OP, da forma como elas se têm processado em Portugal e dos processos para conseguir aquela cooperação numa perspectiva de DEFESA NACIONAL, é o objectivo deste trabalho.

2. *A QUESTÃO DO SEGREDO*

As relações entre as FA e a CS foram sempre dominadas pela questão do segredo militar. Uma vez que, por natureza, ele se destina a proteger e a salvaguardar tudo o que possa interessar a um eventual inimigo, actual ou potencial, as FA sempre adoptaram uma posição muito reticente face às perguntas que lhes podem ser postas do exterior, designadamente pelos MCS.

No plano militar, o uso imoderado dos graus de segurança tem desvalorizado a sua importância, conduzindo a uma certa displicência no manuseamento das matérias classificadas, o que tem obrigado à utilização de graus cada vez mais elevados, a ponto de se tornar difícil encontrar fórmulas seguras para proteger os documentos de caráceter efectivamente secreto.

Não admira, pois, que a atitude dos MCS — caracterizada por uma curiosidade quase insaciável — venha a esbarrar, frequentemente, com o obstáculo intransponível do segredo. Por isso não pode dizer-se, em regra, que haja da parte do jornalista intenção deliberada de cometer um acto de traição ao divulgar (ou pretender divulgar) um segredo militar.

O que normalmente acontece é que o jornalista, ou não tem sensibilidade para distinguir o que é segredo do que não é, ou não dispõe de elementos concretos que lhe permita fazer uma correcta avaliação da natureza e importância das informações a que teve acesso, ou ainda porque (embora o deseje) não sabe a quem recorrer para pedir o necessário esclarecimento.

Por imperativo profissional, o jornalista terá sempre de ser o melhor juiz naquele momento e sobre aquela matéria. E, se num caso de mera rotina tal posição já é difícil dado o papel amplificador da Informação, maior relevância terá ainda se o que estiver a ser tratado for assunto militar, eventualmente classificado.

Na conjuntura actual, a extensão do conceito de DN aos múltiplos aspectos exteriores à área militar tradicional tornou ainda mais complexos os problemas de protecção do segredo que, em matéria de Informação, nascem da necessidade de conciliar dois requisitos, muitas vezes contraditórios mas sempre vitais para a Democracia: a liberdade de expressão e a segurança nacional.

Será, pois, de toda a conveniência que os jornalistas destacados para esta área sejam profissionais altamente qualificados e ainda que eles possam ser apoiados por organismos ou entidades competentes para os informar e os esclarecer sobre a exacta medida das responsabilidades que, talvez involuntariamente, poderão estar a assumir.

3. *AS RELAÇÕES FORÇAS ARMADAS/OPINIÃO PÚBLICA EM TEMPO DE PAZ*

Nos tempos conturbados que atravessamos, a tónica das relações FA/OP é influenciada por variados factores, de que se destacam:

— *O desenvolvimento tecnológico*, a obrigar à crescente especialização das FA, ao aumento progressivo das despesas militares e a uma interdependência cada vez maior entre os técnicos militares e civis.

— *A ameaça nuclear*, a tornar praticamente idênticos os riscos para militares e civis, numa espécie de «socialização do perigo».

— *A luta ideológica*, que deu origem a uma permanente acção psicológica, à politização de todas as actividades e à necessidade de uma maior preparação ideológica das FA.

— *O desenvolvimento económico*, que teve como consequência a exaltação de um certo tipo de hedonismo, a frontal oposição ao estilo de vida castrense, a resistência sistemática à autoridade militar, a crítica dos valores morais.

— O enorme *impacto dos MCS* sobre as populações em geral, o que faz com que a política e a administração pública, a própria arte e ciência e, naturalmente, as FA, sejam, em certa medida, condicionadas por aquela influência.

Em tempo de paz, a opinião sobre as FA não é uniforme, variando de país para país de acordo com a situação económica, a localização geográfica, a estabilidade política e social e a forma de actuação dos MCS.

Assim, *nos países subdesenvolvidos de autonomia recente* (como são quase todos os da África negra) em que o subdesenvolvimento assume um aspecto global (económico, político, social, cultural), a falta de quadros técnicos e administrativos, aliada à instabilidade política, dá lugar à frequente intervenção militar na área do poder, assumindo responsabilidades fora da sua missão específica. Por isso, as FA são motivo de discrepância perante a OP, mas são respeitadas pela função que se vêem forçadas a desempenhar.

No grupo de *países subdesenvolvidos de independência mais antiga* (como são quase todos os latino-americanos, excluindo-se, aqui, o México), a sociedade encontra-se afectada por um conjunto de fenómenos que incidem no seu comportamento — influência consumista dos países mais avançados, grande atraso económico, social e cultural de extensas regiões, acentuado nacionalismo, frequente corrupção e incapacidade da classe dirigente, acções armadas de grupos extremistas, etc. — o que leva a OP a considerar as FA como um factor de moderação no cenário político e gerador de desenvolvimento socioeconómico e cultural.

Nos *países em vias de desenvolvimento* o sistema social está em plena mudança, existindo atrasos nalgumas áreas e avanços demasiado rápidos noutras, o que dá origem a perigosas tensões. O desfasamento entre os vectores socioeconómico e político, a distribuição irregular da população, a emigração, a educação, a expansão dos MCS, o incremento de algumas formas de delinquência, a preocupação em manter o índice de crescimento e o rendimento da produção, etc., são alguns dos aspectos que assumem maior relevância. Existe, por isso, uma oposição (mais aparente que real) entre os objectivos político-sociais e militares, pelo que as FA são muitas vezes apontadas como improdutivas e gozam de pouco prestígio, mas a OP é algo difusa, situando-se entre o desprezo e o temor.

Nos *países desenvolvidos* o avanço tecnológico e a permanente ameaça da guerra criam a necessidade de integração entre as actividades civis e militares, levando mesmo a que uma parte importante da indústria seja dirigida pelos militares (o chamado «complexo militar-industrial»). Para além disso, a existência de estreitas relações entre as chefias militares e os centros de estudo científico e tecnológico, a grande influência nos MCS e na área da educação, e a cada vez mais íntima relação entre a segurança nacional e a política externa, fazem com que as FA gozem de alto prestígio perante a OP e tenham um importante papel balanceado com outros centros estruturais do poder (são os casos dos EUA, Inglaterra e França).

Nos *país socialistas* as instituições militares fazem parte da superestrutura política, pelo que as FA são essencialmente políticas. Na URSS, as relações FA/OP situam-se sensivelmente ao nível da problemática dos países desenvolvidos sendo, no entanto, mais harmónicas dado o diferente papel desempenhado pelos MCS. Na China, as FA estão em estreita ligação com o povo, numa unidade que não sofre qualquer contestação. Nos restantes países socialistas, estas relações apresentam-se com características idênticas ao grau de desenvolvimento alcançado, mas a sua politização e a influência que exercem através do Partido faz com que as FA tenham grande prestígio perante a OP.

4. *O CASO PORTUGUÊS*

Vou limitar a análise do caso português apenas ao que se passou nos últimos 40 anos, ou seja, tomando como ponto de partida os finais da II Guerra Mundial, em que o regime então vigente se sentia bastante seguro e o subdesenvolvimento económico, social e cultural do País eram uma realidade.

Considerarei três períodos distintos, com características próprias que os diferenciam de forma inequívoca, e o último subdividido em três fases, como que andamentos diversos dentro da mesma situação.

a. Primeiro período (até meados da década de 60)

Poderemos caracterizá-lo pela quase completa estagnação da vida política e social mantida, em grande parte, por manifesta falta

de informação (devido à acção preventiva da censura), conjugada com a quase total ausência de desenvolvimento tecnológico. Situação que a propaganda do regime se encarregava de inverter, salientando os aspectos positivos da paz e da estabilidade internas perante o quadro de uma Europa destruída pela guerra e ameaçada pelo perigo comunista e pela degradação da moral e dos costumes.

Nesta fase, a OP era naturalmente conformista porque orientada pela propaganda veiculada pelos MCS; as FA tinham o prestígio que decorria da sua missão patriótica de defesa da soberania e da integridade da Pátria em todos os seus territórios; e os militares eram tidos no alto conceito de honestos e dedicados servidores da Pátria, a ela honrando, se necessário, com o sacrifício da própria vida.

Os raros incidentes do percurso foram sendo resolvidos sem grandes dificuldades (como a chamada «revolta da Mealhada», 1947) e as «agressões» a algumas parcelas do território nacional (Macau, 1949 e Índia, 1953 e seguintes) aproveitadas para, através das técnicas próprias — derivação, inimigo único (Nehru), unanimidade e contágio — apontar perigos, alimentar o fervor patriótico e justificar a cada vez maior necessidade de união e de coesão em torno do incontestado «chefe».

O ano de 1961 foi o princípio do fim do regime: o caso do «Santa Maria», o início da guerra em Angola e a perda da Índia, constituíram demasiadas fatalidades juntas para que tudo pudesse continuar na mesma.

Mas só o início da liberalização do sistema económico e o progressivo aumento de influência dos MCS (com especial relevo para a implantação da Televisão, a eliminar definitivamente fronteiras e distâncias no espaço continental), juntamente com o prolongamento e a escalada da guerra (agora já em três frentes), iriam pôr termo a este período.

Estávamos em meados da década de 60. Curiosamente, a morte política de Salazar ocorreria pouco depois.

b. Segundo período (até ao «25 de Abril»)

Iniciava-se assim um novo período, caracterizado por aparente acalmia mas em que o mal-estar social começou a ser evidente e

manifesto, particularmente a seguir ao desencanto da curta primavera marcelista.

Os MCS, embora continuem a ser controlados, passam como que também a ser escritos nas entrelinhas e as suas mensagens começam a ser entendidas por grupos cada vez mais amplos e diversificados.

A movimentação estudantil de 1969 abre as portas da realidade a muitos cépticos, o número de desertores aumenta, as academias militares esvaziam-se, aparece o recrutamento de milicianos para os comandos em campanha, pois os quadros profissionais são já insuficientes e estão esgotados e desiludidos por sucessivas comissões e por uma gestão de pessoal manifestamente desajustada.

Existe um Serviço de Informação Pública das FA (o SIPFA) que quase se limita a difundir os comunicados de baixas em que, aliás, ninguém acredita (embora eles correspondessem, efectivamente, à realidade).

Uma vez por outra os comandantes dos teatros de operações encomendam umas reportagens a jornalistas mais ou menos comprometidos ou vêm à Televisão explicar como é que estão a dirigir a luta. A OP começa a perceber que, também em Portugal, se pratica o culto da personalidade e que, nas imediações do poder, diversos grupos de interesses de raiz económica se digladiam aspirando conquistá-lo.

Neste contexto, o prestígio das FA (e particularmente o do Exército) desce a um nível muito baixo. O seu isolamento é real, quer no Continente, quer relativamente às populações europeias radicadas nos diversos territórios afectados pela guerra.

Não raras vezes injustamente, os quadros militares são acusados, por variados e divergentes sectores, de serem os principais culpados da guerra por estarem a prolongá-la desnecessariamente a fim de usufruirem de proventos e regalias que só com ela podem manter.

A situação é perfeitamente insustentável, a motivação dos quadros foi há muito perdida, o referencial ideológico (débil) não é trabalhado com um mínimo de convicção. E, para os jovens oficiais, a aventura política torna-se uma perigosa tentação.

Era o «25 de Abril».

c. *Terceiro período*

Começou com o «25 de Abril» e considero que ainda se mantém, uma vez que não sofreu alteração significativa a sua característica fundamental — a liberdade de expressão — se bem que nem sempre beneficiando da mesma amplitude.
Dentro deste período entendo que houve três fases distintas:

(1) 1.ª Fase

Começa, naturalmente, com o «25 de Abril» e foi de curta duração, agitada, folclórica, intensamente vivida.
Os militares, antes considerados os grandes culpados da guerra e acusados do genocídio de populações indefesas, são directamente promovidos (ou melhor, «graduados»...) a heróis e salvadores da Pátria.
Finalmente libertos da censura, os MCS extravasam tudo quanto ficara retido, enchem páginas e páginas de jornais e preenchem programas de rádio e de TV com notícias e reportagens sobre os militares, as FA, os capitães, os majores, o MFA, a revolução...
Passada a euforia da mudança do regime, nem por isso os militares deixaram de estar na ribalta e os MCS privilegiam tudo quanto lhes diz respeito. É a Junta de Salvação Nacional e a Comissão Coordenadora do MFA, é o «28 de Setembro» e o Conselho dos Vinte, é o «11 de Março» e o Conselho da Revolução, é o COPCON e as Assembleias do MFA.
E é também o culto das personalidades revolucionárias: o capitão Salgueiro Maia, o general Spínola, o major Melo Antunes, o tenente-coronel Firmino Miguel, o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, o major Dinis de Almeida, o brigadeiro Pires Veloso, o almirante Pinheiro de Azevedo, o capitão Vasco Lourenço, o coronel Jaime Neves, o general Vasco Gonçalves, o comandante Jesuíno, o general Otelo Saraiva de Carvalho, o brigadeiro Pazarat Correia, o major Otelo, o brigadeiro Vasco Lourenço...

Uma simples análise da imprensa da época permite mesmo esboçar um retrato-*robot* do militar-tipo, naturalmente com variantes de acordo com os títulos consultados (2).

Pode também dizer-se que foi uma época áurea da Informação em Portugal, particularmente do jornalismo escrito, tendo sido atingidos recordes de tiragem que não mais foram batidos. Todavia, nem tudo foi pacífico neste campo e uma verdadeira «batalha de informação» foi travada entre os MCS dominados por cúpulas marxistas e os que lutavam pelo pluralismo ideológico, estes sistematicamente hostilizados e marginalizados (recorde-se o «caso *República*»), chegando mesmo a vigorar medidas legislativas severamente restritivas da liberdade de Imprensa.

No sentido informativo pode dizer-se que as relações FA/CS eram excelentes, embora assentes nas relações pessoais jornalista-militar e tendo, como pano de fundo, uma certa afinidade ideológica.

Tudo, aliás, funcionava em termos individuais, e as FA raramente foram encaradas como um todo (não se encontram, por exemplo, referências às despesas militares), mas antes como o somatório dos seus membros, observados, quase sempre, de uma perspectiva exógena que privilegiava o seu papel político no processo revolucionário.

A OP acompanhava, naturalmente, a dinâmica informativa e o prestígio dos militares era uma realidade, embora condicionada pelo seu posicionamento político.

Entendo que esta fase atingiu o ocaso logo após o «25 de Novembro» de 1975 embora, por inércia, se tenha prolongado até aos princípios de 1976.

(2) 2.ª Fase

Tem como figuras centrais o Conselho da Revolução — reconstituído e aceite como indispensável ao processo político no II Pacto MFA-Partidos (Fev76) e reconhecido como órgão de soberania na Constituição — e o Presidente da República, o primeiro eleito depois do «25 de Abril».

(2) «Um Retrato-Robot do Militar-tipo em 1975, Obtido da Leitura do Semanário EXPRESSO Publicado Naquele Ano», do Autor. Dissertação final do Curso de Ciências da Informação na Universidade Católica Portuguesa, em 1983. Inédito.

Esta fase — que terminará com a extinção do CR em 1982 — tem vários «andamentos» que se vão sucedendo de acordo com as alterações do cenário político mas, de uma maneira geral, pode caracterizar-se pelo «regresso» dos militares aos quartéis e pela dicotomia CR/FA.

Embora continuando a interessar-se pelas personalidades castrenses (especialmente pelos militares-políticos), a CS começa a sentir uma crescente necessidade de dissecar o interior da Instituição (disciplina, material, carreiras, exercícios) e de analisar os porquês de tantas e tão variadas situações por ela vividas ou geradas (guerras, golpes e contragolpes, órgãos políticos, comandos militares, revolucionários e contra-revolucionários, etc.), quase abandonando os termos e *slogans* da fase anterior que se centravam na figura das «FA ao serviço do povo e das conquistas da revolução».

Desenvolve-se então um tipo de análise político-militar que privilegia o vector militar e a necessidade de despolitização das FA, sendo de admitir que, nalguns casos, possa mesmo ter tido origem no interior da própria Instituição, sendo depois veiculada através das colunas de alguns diários e semanários de maior circulação.

É o período dos «analistas militares», com colaboração frequente em alguns desses jornais, de que cito, entre outros, António Beirão («O País»), F. A. («Tempo»), Rito Canedo («Ponto» e depois «Diário de Lisboa»), M. F. Amado (3) e Manuel F. Andrade (estes tendo em comum as iniciais MFA), etc.

A OP, de início naturalmente sensível a este tipo de informação, começou a dar indícios de saturação e de progressivo desencanto pelos «militares» e pelo seu notório e exagerado apego ao poder político, passando a preocupar-se também com os custos de tudo isso.

Nesta fase as relações FA/CS continuam a situar-se em bom nível desde que continue a haver compatibilidade de interesses

(3) Recentemente, no «Expresso» de 27 de Abril de 1985, subscreveu um artigo sob o título «25 de Abril de 1974 — as grandes ilusões».

(designadamente ideológicos), mas as críticas mútuas são cada vez mais frequentes e redundantes, aparecendo mesmo manifestações de carácter cultural francamente hostis aos militares. É de referir ainda o aparecimento de dois importantes órgãos da imprensa militar — as revistas «Baluarte» e «Nação e Defesa» — cuja difusão em meios estranhos às FA tem sido insuficiente, particularmente no caso da primeira porque trata apenas temas militares que interessaria divulgar noutras áreas.

(3) 3.ª Fase

Com a extinção do CR e a consequente passagem das FA à subordinação directa ao poder político (1982) começa uma nova fase deste 3.º período, que tem sido caracterizada pela despolitização dos militares.

Ao longo desta fase, a CS tem vindo a ocupar-se cada vez mais, com a análise das estruturas, com os porquês das coisas, com a necessidade, vantagens, custos e finalidade de certos equipamentos, exercícios, unidades e situações, incluindo os próprios compromissos internacionais anteriormente assumidos.

Dando satisfação ao crescente interesse de grande número de leitores, aparecem a dar frequente colaboração em alguns MCS prestigiados especialistas de Estratégia e de Defesa Nacional (casos do brigadeiro Loureiro dos Santos e dos comandantes Virgílio de Carvalho e Baptista Comprido), da mesma forma que conceituados jornalistas são chamados a colaborar nos Institutos Militares e da Defesa Nacional.

Todavia, num crescendo que, aliás, tivera já início na fase anterior, as FA são cada vez mais postas em causa por uma OP preocupada com as suas despesas, os seus efectivos, o tempo do serviço militar, os objectores de consciência, etc., fazendo vir ao de cima toda a problemática sociológica subjacente, acompanhada pelo exacerbamento dos seus custos de manutenção.

Pode dizer-se, por isso, que, no momento que passa, as relações FA/CS se tornaram mesmo bastante difíceis, a que também não é estranha uma certa propensão de alguns MCS para

tratarem os assuntos militares de forma sensacionalista e emotiva (que retira objectividade mas produz efeitos no público), enquanto outros preferem a abordagem superficial que, muitas vezes deliberadamente, esconde alguns dos aspectos mais importantes.

Apenas três exemplos:

— O aproveitamento (cíclico) dos aumentos de vencimentos dos militares para destacar as diferenças em relação ao funcionalismo público (diuturnidades, subsídios específicos) e os «privilégios» de carácter social (gasolina, messes, transportes, colégios).

— O tratamento dado à apresentação de algumas candidaturas de militares às eleições para Presidente da República, procurando influenciar a OP contra as FA e/ou contra militares individualizados.

— Algumas reportagens feitas superficialmente e sem qualquer sentido construtivo, dando cobertura aos pontos de crítica habituais mas apenas de acordo com primeiras impressões, bastante discutíveis, de entrevistados sem credibilidade, em tudo parecendo exclusivamente apostadas em transmitir uma imagem negativa e deturpada da Instituição Militar.

Poderemos, pois, sintetizar dizendo que, na fase actual das relações entre CS e FA em Portugal, os MCS veiculam muitas notícias mas publicam muito pouca informação.

5. *INICIATIVAS PARA UMA MELHOR COOPERAÇÃO*

Porém, nem tudo será tão negativo como estas imagens, recolhidas mais ou menos ao acaso, poderão dar a entender.

Efectivamente, passos seguros e importantes foram já dados, nos últimos anos, procurando chamar a atenção para a importância dos MCS na formação da OP relativamente às FA e, naturalmente, visando melhorar as relações entre estas e a CS.

Assim, em Abril de 1983 e Novembro de 1984 tiveram lugar dois colóquios da Imprensa Militar (e assegurada a realização do terceiro

em 1985) (4) em que esta se confirmou como existente, viva e actuante, apesar de todas as dificuldades com que tem lutado e dos condicionamentos que limitam a sua expansão e melhoria qualitativa.

Em Novembro de 1983, o IDN levou a efeito um interessante seminário subordinado ao tema «Comunicação Social e Defesa Nacional» em que reuniu em amplo debate um número significativo de profissionais da Informação, de militares dos três ramos das FA e de individualidades ligadas a sectores vitais para a Defesa Nacional, cujas conclusões reflectem, de forma segura, as preocupações existentes.

Em princípios de Abril de 1985 foi publicado um estudo feito recentemente sobre «A Imprensa e a Defesa em Portugal» para o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI) com o patrocínio do Ministério da Defesa Nacional, a cujas conclusões a generalidade dos MCS deu adequado relevo e difusão.

Finalmente, em Maio de 1985, por iniciativa da Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, teve lugar na Fundação Gulbenkian um colóquio sob o título «A Comunicação Social Numa Perspectiva de Segurança e Defesa Nacional», que proporcionou um interessante diálogo entre especialistas e não especialistas, militares e civis, ligados ou não à Comunicação Social, de que as respectivas conclusões reflectem a importância do tema tratado e os resultados que foi possível atingir.

Torna-se, pois, evidente que existe já o empenhamento seguro de boas vontades interessadas na procura de soluções que, sem condicionarem a liberdade de opinião a que todos têm direito, poderão contribuir decisivamente para o estabelecimento de uma OP mais de acordo com os interesses colectivos que são vitais para o nosso País, designadamente no que concerne à formação da «vontade nacional» e à criação do indispensável «espírito de defesa».

6. *SÍNTESE-PROPOSTA*

a. O êxito destas iniciativas mostra que o caminho está aberto e que as questões fundamentais já estão devidamente equacionadas.
A cooperação é, pois, possível, e, por isso, torna-se imperioso que o passo seguinte seja dado.

(4) Efectivamente realizado, bem como outro em 1986.

Consistirá ele na coordenação dos esforços a desenvolver, com base numa unidade de doutrina e de acção, que passa pela aceitação plena de um conjunto de premissas envolvendo limitações de ambas as partes e se concretiza na definição dos procedimentos a utilizar para atingir os objectivos que materializam o cumprimento da missão que a todos incumbe.

b. Neste sentido e sem pretender ser exaustivo, retiro do que atrás fica dito algumas ilações, na procura de uma mais profícua cooperação entre a CS e as FA, numa perspectiva dinâmica de Defesa Nacional.

Em *1.º lugar* haverá que considerar — e admiti-lo sem quaisquer reticências — as características e a especificidade dos campos em presença. Assim, e para além do que consta do Título X da Constituição Política da República Portuguesa, teremos de considerar que as FA, apesar de serem grandes consumidores de recursos económicos e humanos não directamente reprodutivos, simbolizam — mais do que qualquer outra Instituição — a Soberania e a Independência nacionais; que, para cumprirem a sua missão, utilizam uma rigorosa disciplina do segredo; e que, no plano interno os seus agentes (os militares) estão sujeitos a severas restrições no âmbito de alguns dos direitos e liberdades, constitucionalmente previstos para a generalidade dos seus concidadãos.

Por outro lado, a CS é um poderoso instrumento do mundo moderno, competindo-lhe garantir a satisfação de um dos direitos fundamentais do Homem — o de informar, se informar e ser informado em liberdade —, dispondo os seus agentes, para o efeito, de um estatuto que lhe confere amplas garantias, como seja o segredo profissional.

Em *2.º lugar*, haverá que promover o aperfeiçoamento interno de cada um destes sectores e, seguidamente, melhorar substancialmente o conhecimento recíproco dos seus métodos e processos de trabalho. Neste âmbito se situa o aumento da objectividade informativa que passa, necessariamente, pela melhoria da formação profissional dos jornalistas; pela procura de uma maior abertura dos militares em relação ao exterior, designadamente tornando-os mais receptivos à missão do jornalista; e pela promoção de uma correcta

imagem das FA relativamente às origens e motivações dos militares, ao quadro de valores que defendem, à especificidade da sua formação e à melhoria do seu relacionamento com uma sociedade em constante mutação.

Em *3.º lugar,* haverá que procurar uma maior aproximação entre a Instituição Militar e os MCS, começando pelo correcto entendimento do conceito de comunicação e pelo respeito pelas regras éticas e deontológicas de ambas as partes, como condição essencial para a criação do indispensável clima de confiança e a completa eliminação das barreiras de incompreensão.

c. No que respeita às FA — e, mais concretamente, ao Exército, em fase de profunda reestruturação — considero oportuno propor um conjunto de medidas que se me afiguram exequíveis e que iriam contribuir, certamente, para melhorar a situação que presentemente se vive em Portugal. Seriam elas:

(1) Introdução do estudo das matérias de Comunicação nos «curricula» dos cursos de formação de Oficiais (Academia Militar e Instituto Superior Militar) e de Sargentos (Escola de Sargentos do Exército), o que irá permitir, futuramente, aprofundar estas matérias nos cursos do Instituto de Altos Estudos Militares.

(2) Especialização de Oficiais nas diversas áreas da CS, em quantitativos suficientes para proverem às necessidades.
da reestruturação.

(3) Remodelação das estruturas existentes pela criação de serviços efectivamente virados para o relacionamento com os MCS (tipo «gabinetes de Imprensa»), o que iria permitir:

— Que pudessem passar a ser aceites «jornalistas acreditados» junto das instâncias militares, aos quais poderia ser proporcionado acesso mais directo às fontes qualificadas, com a finalidade de uma melhor identificação dos problemas militares específicos, de que resultaria um melhor esclarecimento da OP; e

— A promoção de mais frequentes e frutuosos encontros entre militares e jornalistas com vista à criação de maior abertura no diálogo, através do debate de pontos de interesse mútuo no âmbito da DN.

(4) Apoio programado à Imprensa Militar, designadamente através da criação de um órgão de coordenação (de preferência a nível FA), visando, entre outros aspectos:

— Definir os objectivos de cada um dos títulos regularmente editados, orientado-os para a missão que o justifica e para o público a que se dirige, através de um estatuto próprio;
— Promover o aproveitamento mais eficaz dos meios técnicos existentes, no sentido não da redução de custos mas do aumento de produtividade que se traduziria, essencialmente, em melhoria de qualidade;
— Incentivar os colaboradores habituais e motivar outros (nomeadamente especialistas em matérias de evidente interesse, incluindo civis de reconhecido prestígio), quer pela atribuição de prémios mais compensadores, quer pela eliminação das restrições à liberdade de expressão que condicionam alguns potenciais articulistas;
— Promover a sua maior difusão, designadamente pela sua inserção nos circuitos comerciais de distribuição (como acontece em França), o que obrigaria a melhorar aspectos até agora menosprezados (regularidade de publicação, prazos, etc).

d. Concretizadas estas medidas e, assim, criado um estado de espírito favorável à cooperação, será então possível conduzir, através dos MCS (quer civis, quer militares), uma campanha de informação, devidamente programada — com oportunidade e em permanência — que permita sensibilizar a OPINIÃO PÚBLICA para certos valores essenciais como seja o facto de, pela homogeneidade dos valores que defendem, pela amplitude da sua base social de recrutamento, pela forte ligação dos próprios militares ao seu meio de origem — tudo acrescido de serem bastante reduzidas as dimensões do território — as FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS reflectirem uma imagem quase perfeita da nossa própria SOCIEDADE

Évora, Julho de 1985.

Alberto Ribeiro Soares
Tenente-coronel de Artilharia